

TRANSFORMAÇÕES NO RIO CAMARAJIPE (SALVADOR, BA) E IMPACTOS NA PESCA ARTESANAL

TRANSFORMATIONS ON CAMARAJIPE RIVER (SALVADOR, BA) AND IMPACTS IN ARTISANAL FISHING

TRANSFORMACIONES EN EL RÍO CAMARAJIPI (SALVADOR, BA) Y LOS IMPACTOS EN LA PESCA ARTESANAL

ROSSI, Rinaldo de Castilho

GUIMARÃES JÚNIOR, João Carlos

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir os impactos ambientais causados pela urbanização à pesca artesanal, por meio do estudo de caso da colônia de pescadores do Jardim dos Namorados em Salvador (BA). Utilizando como fundamentos teóricos o materialismo-histórico-dialético, a ecologia política e o pensamento decolonial, foi realizada uma pesquisa sobre as principais transformações na bacia do rio Camarajipe e nas políticas públicas federais, estaduais e municipais que impactaram os pescadores da referida colônia. Por meio de revisão bibliográfica e documental, além de estudo de campo, com observação, entrevista narrativa e registros fotográficos, foi possível analisar rupturas espaço-temporais que separam momentos de impactos importantes para o grupo estudado. As considerações permitem uma reflexão crítica acerca do processo de urbanização e da exclusão das comunidades tradicionais na memória oficial, na cultura e na economia da cidade.

Palavras-Chave: Pesca artesanal. Urbanização. Impacto ambiental. Ecologia política. Metrôpoles.

ABSTRACT

This manuscript presents environmental impacts caused by urbanization that reaches artisanal fishing, by studying the fishing colony on Jardim dos Namorados in Salvador, Bahia, Brazil. With fundamentals of dialectical historical materialism, of political ecology and decolonial thinking, it was possible to analyze some important transformations on Camarajipe basin and on public policy that affected the fishermen, their colony and community. Working with documents, bibliographic review, and field research with observation, interviews and photography, it was analyzed spatial-temporal ruptures that divide different periods of impacts in the studied group. Research considerations reveal a critical analyzes about the exclusion caused by urbanization in traditional communities.

Keywords: Artisanal fishing. Urbanization. Environmental impact. Political ecology. Metropolis.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir los impactos ambientales causados por la urbanización en la pesca artesanal, por medio del estudio de caso de la colonia de pescadores de Jardim dos Namorados en Salvador (BA). Utilizando los fundamentos teóricos del materialismo-histórico-dialéctico, de la ecología política y del pensamiento descolonial, se realizó una investigación sobre las principales transformaciones en la cuenca del río Camarajipe y sobre las políticas públicas que afectaron a los pescadores de esa colonia. A través de una revisión bibliográfica y documental, además de un estudio de campo, con observación, entrevista narrativa y registros fotográficos, fue posible analizar las rupturas espacio-temporales que separan momentos de impactos para el grupo estudiado. Las consideraciones permiten una reflexión crítica sobre el proceso de urbanización y la exclusión de las comunidades tradicionales de la memoria, cultura y economía de la ciudad.

Palabras Clave: Pesca artesanal. Urbanización. Impacto ambiental. Ecología política. Metrôpoles.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é uma das modalidades desta prática, constituindo-se como atividade familiar e tradicional, em que os resultados geralmente são destinados principalmente para o consumo familiar, comunitário e/ou para a comercialização em local.

Concentrando-se em ambientes costeiros ou nas águas doces, de rios e lagos, a pesca artesanal é, por vezes, acompanhada pela prática da aquicultura ou mariscagem, nos ecossistemas mais favoráveis a estas.

A atividade costuma estar relacionada a comunidades que a tem como parte de sua cotidianidade e do seu modo de vida, geralmente praticadas por famílias que a exercem em locais próximos às suas residências vinculadas aos povos tradicionais quilombolas ou povoados rurais e suburbanos. Não atoa que a pesca artesanal é contemplada pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº federal nº 6.040/2007).

Essa modalidade de pesca possui grande importância socioeconômica e cultural para o mundo, sendo responsável por empregar mais de 90% dos estimados 35 milhões de pescadores existentes, além de capturar mais da metade do pescado capturado no mundo (FAO, 2010).

No caso brasileiro, pelo tamanho da costa e pela diversidade dos povos que aqui vivem a pesca se constitui um setor importante da economia, mais que poderia ser ainda mais incrementado. O Ministério da Pesca e Aquicultura possuía em 2011, 1 milhão e 41 mil pescadores registrados com a sua maioria atuante na região Nordeste, que alcança 54,7% do total nacional (MPA, 2013).

Um dos principais problemas para a manutenção da prática artesanal da pesca tem sido o crescimento exponencial de cidades costeiras brasileiras, especialmente a partir das décadas de 1960 e 70. A partir desse período, o fenômeno de metropolização das cidades brasileiras tem se processado como mecanismo de reprodução das atividades capitalistas no espaço, ampliando atividades econômicas ambientalmente e socialmente predatórias (SOUZA, 2000).

A metropolização tem gerado impactos sociais e ambientais em larga escala, especialmente em cidades litorâneas nordestinas, onde rios e orlas marítimas têm sido intensamente (re)transformados, não apenas pelo crescimento da malha urbana, com a construção de novos bairros, mas também com a ocupação periurbana do turismo e com a construção de infraestrutura para atividades "produtivas", como estaleiros e portos.

Nesse artigo será analisado como a urbanização pode afetar grupos de pescadores artesanais, a partir da escolha de um recorte espacial e sua discussão por meio de uma abordagem geohistórica, ecológica e decolonial.

Por meio de revisão bibliográfica e documental, associada a pesquisa de campo, com observações, registros fotográficos e entrevistas narrativas; foi possível realizar uma análise que articula teoria e empiria, privilegiando o olhar sobre os impactos percebidos pelos pescadores artesanais da capatazia do Jardim dos Namorados da colônia de pescadores Z1, evidenciando a urbanização no entorno e as políticas públicas que os afetaram no período mais recente.

O estudo, aqui apresentado, não apresenta uma análise conclusiva, mas busca contribuir com as discussões que buscam pensar a resiliência (e resistências) da pesca artesanal frente ao fenômeno urbano. Para além de reconhecer a dimensão estritamente econômica e ambiental que envolve o processo analisado, buscou-se valorizar a história e a identidade local frente a "urbanização moderna", pensando sobre o elemento da memória.

Ademais, refletir sobre a pesca em áreas urbanas e periurbanas, na atualidade, é uma ferramenta importante para pensá-la como realidade e potencial alternativa social, cultural, econômica e alimentar frente os desafios metropolitanos.

Este artigo é resultado de uma pesquisa mobilizada para refletir sobre o seguinte objetivo geral: contribuir com a análise sobre impactos sociais e ambientais da metropolização na pesca artesanal.

Para tanto, a pesquisa dedicou-se a estudar aspectos histórico-geográficos relativos à capatazia do Jardim dos Namorados da colônia Z1 – que será referida ao longo do artigo como colônia de pescadores do Jardim dos Namorados –, situada na orla do bairro Pituba, já no limite com o bairro Costa Azul, na cidade de Salvador.

Para direcionar melhor o processo de pesquisa e análise, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: I. Interpretar criticamente as transformações causadas pela metropolização de Salvador no rio Camarajipe e nas proximidades do Jardim dos Namorados; II. Identificar os impactos sociais e ambientais percebidos pelos pescadores da referida colônia pela metropolização; III. Verificar como os pescadores da referida colônia percebem as recentes transformações nas políticas públicas no plano federal; IV. Analisar a memória dos pescadores e sua (não) assimilação com a memória oficial da cidade.

PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA

A pesquisa aqui apresentada foi concebida a partir de três princípios teóricos norteadores. O primeiro deles, refere-se ao pensamento crítico em Geografia, que parte de uma interpretação espacial a partir de princípios do materialismo-histórico-dialético (HARVEY, 2000), entendendo o momento atual de acumulação flexível capitalista como promotor de uma reprodução ampliada da produção do espaço, que a realiza como mecanismo de contenção de crises de superprodução e acumular capital também no âmbito da reprodução social.

Os processos de metropolização e desconcentração relativa são parte dessa dinâmica de organização espacial na época em que as possibilidades técnicas e informacionais favorecem, como nunca, uma consolidação das atividades de indústria, comércio e serviço em áreas não tão próximas dos “centros tradicionais” (SOUZA, 2000).

Esse novo *modus operandi* da urbanização passa a existir nos países centrais após década de 1960 e vai se consolidando no mundo principalmente ao final do século XX, quando a revolução demográfica e o crescimento da malha urbana multiplicaram a população das grandes cidades nordestinas como Salvador, Recife e Fortaleza, por exemplo.

Por outro lado, esse modelo criou desigualdades e uma feroz exploração econômica dos setores suburbanos e metropolitanos das grandes cidades. No caso de Salvador podemos citar o setor petroquímica, que ocupou as áreas interioranas de Camaçari e Simões Filho, bem como a Baía de Aratu, onde tem sido instalados até hoje estaleiros e infraestruturas bastante prejudiciais à pesca e mariscagem.

Outro vetor de expansão de Salvador que tem causado significativos impactos sociais e ambientais é a Orla Atlântica, expandindo-se a nordeste da península, setor escolhido para construção de loteamentos para as classes mais ricas, setor também muito usado pelos banhistas e preferido do turismo.

A metropolização que se intensifica a partir de 1970 na península soteropolitana causou impactos ambientais de diversas naturezas, a produção de infraestrutura destruiu ecossistemas costeiros e nas Matas Atlânticas. Os impactos vão desde Tubarão, no Subúrbio Ferroviário, onde a urbanização se deu por cima dos manguezais e as atividades industriais reduziram a biodiversidade marinha (ROSSI, 2015); até o outro extremo do município, onde os ecossistemas de duna tem sido altamente reduzidos e transformados.

Pelo processo de expansão metropolitana implicar diversos impactos sociais e ambientais, como destaca Souza (2000), ao realizar a pesquisa sentimos a necessidade de ampliar o escopo teórico e dialogar com estudos baseados na ecologia política, muito úteis para a compreensão de ecossistemas urbanos.

Utilizamos aqui a proposta apresentada por Coelho (2005), que articula materialismo-histórico-dialético com a ecologia política para estudar e analisar impactos em meio urbano. A autora sugere a “periodização” e a “espacialização” sobre a cidade para que a partir daí se examine “continuidades” e “rupturas” que evidenciem as mudanças de padrão na produção do espaço que venham acompanhadas de novos impactos:

Auxiliados por meios de investigação, como documentação histórica, questionários e entrevistas será possível inferir quais as estruturas socio-espaciais dominantes em cada período de análise. A representação cartográfica da vulnerabilidade aos processos erosivos, ou poluidores, ou o zoneamento [...] facilitam a compreensão da geografia dos impactos ambientais, relacionadas à estruturação social dos diferentes ambientes urbanos (COELHO, 2005, 37).

Valendo-se de ideia semelhante, no presente artigo foi analisando o contexto da década de 1960-70 como período de uma grande ruptura espaço-temporal que alterou o cotidiano das marisqueiras e pescadores artesanais em muitas áreas suburbanas de Salvador. A partir da percepção dos pescadores optamos por conceber também como ruptura, neste caso no âmbito político-institucional, as transformações nas políticas públicas ocorridas a partir da questionável ascensão do presidente Temer e da eleição do ultraconservador Bolsonaro.

Reconhecendo que a pesca artesanal, especialmente na Bahia, possui íntima relação com espacialidades negras, caboclas e indígenas recorreu-se a uma fundamentação teórica que reflita sobre a colonialidade do saber e do fazer (QUIJANO, 2005). Buscando evitar o eurocentrismo epistemológico ou o que se convencionou chamar de “epistemicídio” (SOUZA-SANTOS, 2007), a pesquisa tentou evidenciar a memória e a percepção deste grupo frente ao processo de urbanização.

Assim, a pesca artesanal não é apenas um mecanismo de renda para esses povos, que vivem no campo e em áreas suburbanas, para eles a pesca e a mariscagem podem fazer parte de um modo de vida, estando intimamente ligados à cosmovisão dos. O modo como se estabeleceu o mundo moderno industrial, e como ele se consolidou em Abya Yala (Américas), colocam para o pesquisador o desafio de pensar uma produção do conhecimento que seja em alguma medida descolonizadora.

Esta ideia está presente no pensamento de Porto-Gonçalves, 2012, que também afirma que ruralidades e cosmovisões alternativas coexistem nos espaços urbanos, pretensamente modernos.

Isso ocorre quando, por efeito da segregação urbana, grupos oriundos de comunidades tradicionais e/ou rurais migram para as cidades e encontram em áreas periféricas lugares para constituir residência, geralmente na informalidade. Nesses casos, às vezes mantém-se algumas práticas culturais, religiosas, profissionais que traziam de suas comunidades de origem.

Isso ocorre também quando a expansão urbana tende a alcançar cada vez mais áreas do entorno e até a conurbar cidades, fazendo com que em fragmentos dos espaços periféricos mantenham-se vivas algumas comunidades mais vinculadas ao uso histórico do lugar e a modos de vida não urbano. Isso é muito comum com comunidades de pescadores, que tem resistido, em áreas como essas, com suas práticas e modos de vida mesmo diante à reestruturação sistemática do espaço.

Nesse sentido, pensar sobre a pesca artesanal no contexto de metropolização é considerar também aspectos étnico-raciais e culturais que permeiam essas comunidades, também como modo de pensar uma cidade mais inclusiva aos diferentes modos de ser no mundo. Cabe também pensar sobre quais as contribuições que os diversos povos tradicionais e grupos étnico-raciais podem dar, para que pensemos modelos de cidade mais justos e entrópicos.

EXPANSÃO URBANA (1960-70) E OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS AOS PESCADORES

A metropolização de Salvador só foi possível por conta de uma reestruturação interna dentro do perímetro do município, intensificada nas décadas de 1970 e 80, com a construção das avenidas de vale e de novos subcentros.

Nesse contexto foi concebido e produzido o Vale do Camarajipe como um subcentro de comércio e serviços, articulado com um conjunto de novos bairros residenciais, para os grupos de maior renda (ex: Pituba, Caminho das Árvores e Costa Azul), situados no setor conhecido como Orla Atlântica.

Por abrigar o Shopping Iguatemi, primeiro de maior porte na cidade e ser ponto de conexão entre a BR-324 e avenidas importantes como a Luis Viana Filho (Paralela), ACM, Mário Leal Ferreira (Bonôco), o subcentro do Camarajipe se tornou um dos principais nós econômicos e viários da cidade (DELGADO, 2014). Aí também

situa-se o Terminal Rodoviário, estações de metrô e a sede do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (DETRAN).

Para viabilizar a produção do subcentro do Vale do Camarajipe foram necessárias diversas obras de canalização de rios (SANTOS et al., 2010) entre outras intervenções com fito de assegurar o projeto:

O “caminho natural” do Camarajipe desembocava no Largo da Mariquita, no bairro do Rio Vermelho, tendo como seu último afluente o Rio Lucaia, proveniente do Dique do Tororó, pela Av. Vasco da Gama, que o margeia. No entanto, na década de 1970, o extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento-DNOS, desviou o curso do Rio em razão de constantes enchentes nas zonas mais baixas do Rio Vermelho. Na região próxima de um centro comercial (Shopping Iguatemi), aproveitou-se o vale do Rio Pernambués para fazer a alteração. Por meio de dragagem e rebaixamento do substrato do vale, a foz do Rio Camarajipe foi modificada para a região situada hoje entre a Praça Jardim dos Namorados e a Praia (SANTOS et al, 2010, 81)

O estudo acima citado, uma das obras mais recentes e completas sobre hidrografia da cidade, evidencia o que Vasconcelos (2002) já pontuava, que as obras de transformação do vale do Camarajipe era um projeto urbanístico antigo para a cidade e que foi peça chave na constituição deste novo subcentro.



Figura 1: Área de estudo

Fonte: Adaptado de Googlemaps.com (acesso em junho/2019)

Isso nos dá uma ideia do impacto causado aos pescadores da colônia de pescadores¹ situada no Jardim dos Namorados, a metros da foz do rio Camarajipe canalizado. No passado, alguns dos pescadores mais velhos ou os antepassados desfrutavam da foz do rio Pernambués onde, até meados do século XX não eram notados qualquer impactos.

A entrevista narrativa com o representante da colônia local, conhecido como Seu Luís, ou Sinho, 67 anos, revelou que a aglomeração de pescadores ali é antiga e que estava vinculada a uma comunidade quilombola. A área hoje denominada Jardim dos Namorados é, pelos mais antigos, conhecida como Assunte, período onde viviam grupos remanescentes de indígenas e de negros.

A própria historiografia demonstra que esta área possui uma antiga circulação de povos negros e indígenas. Mesmo após a completa expulsão dos tupinambás do litoral, na costa que se estendia até itapuã mantinham-se dispersas ocupações de caboclos e negros (AZEVEDO, 1969).

As praias próximas ao Jardim dos Namorados possuem um sentido ainda mais forte para a história e geografia dos negros, já que logo ao norte situava-se a Praia do Chega-Nego, assim conhecida por ser um local

¹ A colônia de pescadores estudada é vinculada à colônia Z1, uma das mais expressivas da cidade, situada no bairro Rio Vermelho.

de intenso desembarque de escravizados no século XIX. Trata-se de uma área longe do centro, com difícil fiscalização, escolhida em decorrência do tráfico de escravos já ser proibido no período desta utilização (MATTOSO, 2003).

Portanto, apesar de não termos localizado até agora documentos e textos científicos que reforcem a existência da comunidade Assunte, mas os depoimentos, apoiados em outras evidências, levam a crer que havia comunidades nessa área ligadas a atividades de ganho e a práticas tradicionais, como a pesca.

O século XIX deixou marcas e marcos importantes para a história dos subúrbios das cidades brasileiras, no caso de Salvador muito ligadas à questão negra e indígena. Infelizmente grande parte desses quilombos e mocamos que compunham o espaço suburbano da época tiveram sua existência ignorada ou mesmo apagada pela “memória oficial”, o que implica dificuldade de encontrar referências na historiografia e nos documentos.

Essas comunidades e modos de vida que habitavam os subúrbios de Salvador mantiveram-se, em grande parte, até a segunda metade do século XX quando vão sendo impactadas pela revolução demográfica e urbanização intensa. Neste momento passam a resistir e coexistir com a cidade “moderna” e grande parte dessas histórias tornam-se memórias subterrâneas, não assimiladas pela memória oficial e raramente valorizadas na nova cidade que se constrói, como as histórias sobre a comunidade Assunte, contadas pelos pescadores locais.

Há, por outro lado, evidências da Ocupação Bico de Ferro, que existia nas proximidades da colônia de pescadores (CORREIO DA BAHIA, 09/02/1999, p.2). Local com barracos e outros tipos de residência autoconstruídas, mas que também foi alvo de ocupação dos mais abastados:

Na área onde está hoje o Parque Jardim dos Namorados, havia a invasão do Bico de Ferro, nome de um bar bastante freqüentado do local. A invasão inicialmente era ocupada por pescadores e foi paulatinamente invadida por uma população de renda média e alta que lá construiu casas de veraneio (TRINDADE; CUNHA, 2007, 401).

Entre 1967 e 1969 se processou a desapropriação da área, que ocasionou prejuízos a muitos pescadores que tiveram que se mudar dali, já que para eles não foi garantida nenhuma política habitacional para que permanecessem nas redondezas. A inauguração do Parque Jardim dos Namorados ocorreu, então, em Março de 1969, em meio às questionáveis “comemorações” dos 430 anos da cidade e dos 5 anos da “revolução” militar (TRINDADE; CUNHA, 2007, 397).

Esta intervenção foi decisiva para o enfraquecimento da pesca artesanal nas redondezas, que se tornou ainda mais difícil após 1970, com a canalização e desvio do rio Camarajipe e a continuidade nas obras da avenida Otávio Mangabeira, à beira-mar (SANTOS et al, 2010), fator identificado por membros da Colônia estudada.

Esse conjunto de obras do período militar, conduzidas pelo prefeito Antônio Carlos Magalhães, pôs fim ao modo de vida que ali predominava, construindo um novo lugar batizado Parque Jardim dos Namorados; processo semelhante ao que fez em diversas outras áreas suburbanas, a exemplo do Cabula (ROSSI, 2018), e em outras partes do litoral, como Paripe (ROSSI, 2015), ocupadas por pescadores, negros e caboclos.

Além da produção do subcentro do Camarajipe, que nesse período transformou as ocupações negras suburbanas do Cabula, podemos citar a construção da av. Suburbana e das indústrias de cimento e mamona em Paripe. Essas transformações refletem o projeto autoritário e “desenvolvimentista” que conduzia a política na época, que visava a (re)produção ampliada do espaço, priorizando a instalação de indústrias e infraestrutura em detrimento do uso do espaço que ali prevalecia, o que ocasionou resistência de muitos grupos.

Trata-se, portanto, de um momento de ruptura espaço-temporal que gerou transformações irreversíveis para o contexto de vida local, especialmente no que se refere a pesca artesanal. Podemos identificar aí pelo menos três impactos ambientais de grande relevância que prejudicaram e fizeram reduzir as comunidades de pescadores: a perda de biodiversidade do rio Camarajipe, a construção de infraestrutura e consequente aumento da atividade imobiliária reduzindo as possibilidades de residir no entorno e o incremento do número de visitantes/banhistas aumentando um número de resíduos.



Figura 2: Foz do rio Camarajipe

Fonte: Pesquisa de campo (março/2019)

O resultado dessa ruptura é o fato de que hoje o rio Camarajipe se encontra com elevado grau de poluição, uma vez que grande parte da população que reside às margens do rio, principalmente no curso superior, não possuem saneamento básico, não sendo atendidas pelo Programa Bahia Azul (PBA) que propunha na década de 1990 “mudar o quadro de degradação ambiental” nos centros urbanos do seu entorno (BAHIA,1995).

O processo de poluição do rio Camarajipe gera danos estruturais ao ecossistema urbano local, como a redução do Índice de Qualidade das Águas (IOA), redução na quantidade, qualidade e tamanho dos peixes, que provoca danos consideráveis na comercialização e consumo destes. Portanto, este cenário afeta, de forma considerável, na renda dos pescadores artesanais, motivando na precariedade desta atividade e na vida destes trabalhadores informais que necessitam deste meio de trabalho para a garantia da sua sobrevivência.

O mar do bairro Costa Azul, por conta do despejo do lixo urbano e por conta do tratamento no rio com o lançamento de produtos químicos faz com que a coloração da água mude, o que torna impróprio a pescaria naquele momento. Um período comum que gera a impossibilidade da atividade pesqueira é quando chove, pois, o rio enche e, conseqüentemente, tem mais força para arrastar todo tipo de objeto e produto, poluindo mais ainda a costa marítima.

Por isso, os pescadores acharam uma solução, quando tem períodos de dificuldades para pesca por poluição ambiental, ou por período do defeso (período da reprodução de determinada espécie) eles mudam de local, mas não deixam a pescaria, única forma de subsistência desse grupo social. São mais de 280 pescadores cadastrados na colônia, conhecida por eles como capatazia, já que é uma das ramificações da Colônia Z1 do Rio Vermelho, que necessitam da pesca para a garantia da sua renda.



Figura 3: Colônia de pescadores do Jardim dos Namorados

Fonte: Pesquisa de campo (março/2019)

Segundo depoimento do Seu Luís, a maioria dos associados é analfabeta e, por não ter instrução, tendem a estar mais susceptíveis a terem seus direitos violados, já que os poderes públicos pouco divulgam seus serviços entre os pescadores, que por vezes possuem poucos instrumentos para lidar com a burocracia. Os cadastrados têm direito a recorrer para a aposentadoria e ao benefício de um salário mínimo na época do defeso.

Pela Colônia de pescadores do Jardim dos Namorados ser uma das capatazias da Zona de Pescadores 01, não há dados específicos sobre os cadastrados, de modo que os dirigentes que colaboraram com a pesquisa não sabem informar detalhes desta natureza. A colônia Z01, como um todo, possui 1.680 pescadores artesanais cadastrados, distribuídos em diferentes pontos da cidade (ex: Feira de São Joaquim, Rampa do Mercado

Modelo, Gamboa, Barra, Ondina, Amaralina, Pituba, Pinaúna, Jardim dos Namorados e Boca do Rio).

Esses benefícios são identificados com a primeira década dos anos 2000 com a eleição do governo Lula (PT), que pode ser identificada como um período de ruptura, neste caso, favorável aos pescadores brasileiros de modo geral. Nesse período, ainda que não tenha havido qualquer mitigação do ponto de vista dos impactos ambientais no Camarajipe, o contexto de participação social e de valorização da pesca artesanal compõe a memória como um impacto positivo.

Com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) houve um fortalecimento e articulação das políticas voltadas aos pescadores artesanais, com a promulgação no mesmo ano da lei federal nº 11.959 (Lei da Pesca), que pela primeira vez reconhece as especificidades da modalidade artesanal. No caso em análise, pode-se dizer que houve um fortalecimento da Associação de Pescadores do Jardim dos Namorados e uma ampliação dos debates sobre questão ambiental, direitos sociais e identidade da comunidade pesqueira.

O quadro muda drasticamente na segunda década de 2000, quando transformações nacionais e locais são desfavoráveis aos pescadores do Jardim dos Namorados. A fragilidade das políticas para pescas começam com a extinção do MPA ainda antes do golpe parlamentar contra a presidenta eleita Dilma Rousseff (PT). O quadro só piora com a falta de valorização da pesca artesanal com os governos de Temer (PMDB) e Bolsonaro (PSL), este com um discurso racista contra quilombolas e povos tradicionais.

No plano local, a recente política de reestruturação da orla, conduzida pelo prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM), apesar de reformar a sede, não amplia os direitos e possibilidades dos pescadores do Jardim dos Namorados.

No plano simbólico, a reforma não buscou realizar qualquer reparação histórico ou resgate/valorização da memória e da cultura dos pescadores ou de comunidades tradicionais que ali viviam, sendo que o único gesto de reconhecimento nesse quesito veio da iniciativa privada, que doou para a colônia um mural com fotografias dos pescadores em atividade.



Figura 4: Painel de fotografia local
Fonte: Pesquisa de campo (março/2019)

Pode-se dizer que o momento atual, além de tudo, consolida a naturalização do rio como um esgoto que, apesar de estar localizado em área agradável utilizada para caminhadas e lazer, é visto e tratado como elemento inóspito da cidade.

Essa naturalização, que se expressa na percepção de muitas pessoas sobre aquele corpo d'água, é reiterada pela atitude do poder público que se nega a repensar o significado do rio para aquele espaço, ignorando, ou tratando como impossível, a possibilidade de executar um projeto de tratamento e valorização das águas do Camarajipe, de grande importância para a cidade.

As praias próximas ao Jardim dos Namorados tornam-se assim pouco atrativas para os banhistas que raramente a frequentam. Para os pescadores da Colônia, que possuem o hábito de lançar e puxar rede, cada vez menos se veem atraídos a manter essa prática, pela perda de biodiversidade e constante poluição nas areias e águas, que se intensifica ainda mais nos períodos chuvosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificando dois momentos de ruptura que impactaram a vida dos pescadores da Colônia do Jardim dos Namorados – sejam eles a metropolização (1960-1970) e a redução de direitos e políticas públicas (pós-2016) pode-se colocar em evidência alguns dos problemas enfrentados pela pesca artesanal, que se agrava em contextos metropolitanos, onde a perda de condições objetivas de reproduzir sua atividade são agravadas com a desvalorização no campo simbólico.

Ainda assim, a resistência e esperança que se revela nos pescadores demonstra a importância de valorizar essas práticas, porque mesmo em franco ataque elas ainda são importantes para muitos moradores da cidade que ali adquirem seu pescado, ou que levam os filhos para ver a retirada da rede. Uma das práticas que se fortalece nos últimos anos, por conta da poluição, que se torna mais crítica nos períodos de chuva, é a pesca noturna:

[...] por isso que vários pescadores optam por pescar pela madrugada, pelo efeito da brisa terrestre e noturna, que facilita a movimentação das embarcações, e com a luminosidade da lua, que atrai os peixes para a superfície, a procura de alimento. (RAMOS, Valdir; março, 2019)

A resistência se revela no fato de que muitas famílias vinculadas à Colônia, a fim de não perder o vínculo com a pesca, mesmo tendo que se mudar para bairros longes ou tendo que procurar empregos formais para garantir o sustento diário, não se desvincularam do grupo e continuam exercendo a pesca, ainda que como atividade complementar, tendo como motivação a satisfação pessoal (cultural) e a renda extra. Outros, mesmo optando por mudar o seu local principal de atividade, mantém o vínculo com a colônia, visitando-a com frequência, tendo-a como representação política e participando de atividades coletivas, como a pesca de rede.

O fato de as condições objetivas para a pesca no entorno virem reduzindo profundamente a cada ano, não inviabilizou a Colônia como lugar de articulação cultural e política, mesmo que a prática pesqueira tenha sido reduzida. A redefinição da pesca artesanal, entre os locais, de uma atividade de tempo integral para uma atividade complementar é um fator que tem garantido a permanência da Colônia, já que é muito difícil manter-se apenas com a realização da pesca no entorno.

Além de proporcionar uma alimentação rica em nutrientes e saudável, as comunidades de pescadores tradicionais são, muitas das vezes, espaços que revelam cosmovisões muito mais conectadas e equilibradas em relação aos ciclos geoambientais e biológicos da vida marinha.

Os conhecimentos e saberes sobre a costa e os ecossistemas de rios e mares devem ser valorizados para inspirar a educação das próprias crianças e a gestão urbana e regional. Além disso a atividade pesqueira artesanal, mesmo frente a todos os ataques que tem sofrido, tem um grande potencial como fundamento para um novo modelo transformador para as cidades, promovendo um ambiente urbano mais saudável e democrático.

Nesse sentido, esta é mais uma pesquisa que se propõe a contribuir com um debate muito mais amplo sobre as transformações sofridas por comunidades de pescadores e marisqueiras em contextos urbanos; contribuindo para colocar em evidência, o que alguns estudos urbanos ainda querem negar, a pluralidade de culturas, cosmovisões e memórias como elementos de que tornam vivas e plurais as nossas cidades, de modo que a ideia de modernidade nunca será anuladora das possibilidades que os povos têm de se reinventar no espaço.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, T. **O povoamento da cidade do Salvador**. Salvador, Editora Itapoã, 1969.

BORJA, P. C. Programa Bahia Azul: uma avaliação quali-quantitativa. **Cadernos**. pmd, v. 4, p. 11-36, Abril. 2006. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKewiz58SZ5cvjAhUhJLkGHatc2lQFjAAegQIABAC&url=https%3A%2F%2Fportalseer.ufba.br%2Findex.php%2Fppgau%2Farticle%2Fdownload%2F1419%2F949&usq=AOvVawoCgQxkxNhLnfpevRbygJTr> acesso em 23/07/2019.

BAHIA, Governo do Estado da. **Bahia Azul** – Programa de saneamento ambiental da Bahia. Salvador: Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação, 1995.

CASA CIVIL. **Lei nº 11.959 de 29 de Junho de 2009**- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

CASA CIVIL. **Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**- Lei dos Crimes Ambientais.

DUTRA, N. Pescadores Artesanais, Sociedade de Risco e os Impactos Ambientais. **JUS**, Setembro. 2017. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/60726/pescadores-artesanaissociedad-risco-e-os-impactos-ambientais> acesso em 23/07/2019.

FERREIRA, J. A. A Precarização da Pesca Artesanal e Reprodução do Espaço na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). **Revista Geográfica de América Central**. Volume especial EGAL, p. 1-16, 2011.

MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil**. Tradução James Amado. –São Paulo: Brasiliense, 2003

OLIVEIRA, O. M. SILVA, V. L. O processo de industrialização do Setor Pesqueiro e a desestruturação da pesca artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. **Sequência**, v. 33, n. 65, p. 329-357, Dezembro. 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A reapropriação social da natureza e a reinvenção dos territórios**: uma perspectiva latino-americana. 2012.

RIOS, K. Avanços e contradições da Pesca Artesanal no Estado da Bahia- Brasil: A necessidade da regularização dos territórios pesqueiros. **EGAL**, 2015. Bahia. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/03.pdf> Acesso em 23/07/2019.

ROSSI, R. C. **Da fazenda ao loteamento fortificado da Sapoca**: a urbanização na orla de Tubarão (Salvador-BA). Monografia – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2015.

ROSSI, R. C. **Lugar e cotidiano no bairro de Pernambués, na cidade de Salvador - BA**: segregação e fragmentação. Salvador: Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências (UFBA), 2018.

SOUZA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, 79, Novembro 2007, p. 71-94.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.

TRINDADE, M. L.; CUNHA, R. Usos e funções do Parque Jardim dos Namorados (Salvador-Bahia). **Paisagem Ambiente**: ensaios, n. 24, São Paulo, 2007.

VASCONCELOS, P. A. **Salvador**: transformações e permanências (1549 - 1999). Ilhéus: Editus, 2002.